

COMUNICADO CONJUNTO

OS SINDICATOS SÃO PARCEIROS, NÃO INSTRUMENTOS

Alguns representantes sindicais da RTP foram, ao final desta manhã, convocados de urgência para uma reunião com a Diretora de Recursos Humanos para lhes ser dado conhecimento, em traços muito genéricos, dos objectivos e critérios que estiveram na base de um apelidado “mapeamento” de pessoal feito pela DRH em conjunto com os Directores da Empresa a pedido do Conselho de Administração, visando avaliar as necessidades de “mobilidade” interna.

No passado dia 9 de Outubro, os sindicatos tiveram conhecimento pela primeira vez, de forma quase accidental, pelo presidente da empresa, da existência de uma “lista de mobilidade” elaborada pelos directores aquando da visita do Ministro Poiães Maduro à RTP. De sublinhar que, mesmo hoje, há sindicatos representativos dos trabalhadores – designadamente o Sindicato dos Jornalistas – que não receberam qualquer informação sobre o assunto.

Hoje, os sindicatos tomaram conhecimento de que, alegadamente, o Diretor de Informação, Paulo Ferreira referenciou os sindicatos como conhecedores e parte deste processo, numa tentativa de se desresponsabilizar dele. Perante tamanha falsidade, cabe-nos esclarecer o seguinte:

1º - Os sindicatos subscritores desconheciam até esta manhã a natureza do processo em curso, não tiveram conhecimento dele nem antes nem durante a sua elaboração, não tendo sido parte deste em nenhum momento.

2º - O processo que nos foi apresentado – curiosamente antes da realização de um plenário de jornalistas – não é uma simples e inócua análise de recursos humanos, mas sim um método discricionário de avaliação de trabalhadores por parte dos seus directores, que culmina numa classificação de trabalhadores que vai desde o “imprescindível” ao “inadequado”.

3º - Este processo não tem qualquer valor jurídico quanto à manutenção de postos de trabalho na RTP, e enferma desde logo de manifesta falta de lisura e seriedade por pretender fazer a avaliação de trabalhadores tendo por base o parecer subjectivo de directores que em alguns casos mal conhecem os pretensos avaliados e acima de tudo por se processar sem o conhecimento destes, ou seja sem a existência de qualquer contraditório nos resultados obtidos.

4º - É indissimulável a falta de sustentáculo objectivo, jurídico e até mesmo técnico deste processo e a gestão que é feita do mesmo para além da forma como foi comunicado, revela um claro desnorte por parte de quem o geriu.

5º Os sindicatos subscritores são hoje, como sempre foram, parceiros na procura de soluções claras para os problemas que o serviço público enfrenta, estando mesmo dispostos a debater, com este ou qualquer outro conselho de administração uma eventual mobilidade interna, bem como metodologias modernas e justas de avaliação de desempenho. O que não aceitam de forma nenhuma é que os pretendam transformar em instrumentos de desinformação ou “reguladores de vapor” da justíssima revolta que os trabalhadores da RTP sentem face a esta intolerável situação.

Reafirmamos que não tivemos conhecimento, não participámos e discordamos em absoluto deste processo diabólico contra os trabalhadores.

Os trabalhadores da RTP devem mais do que nunca confiar nos seus sindicatos e não alinhar em esquemas de desacreditação.

Numa empresa que enfrenta os problemas que a RTP atravessa no momento, as incidências e consequências do que aconteceu nas últimas horas nesta empresa, deveriam ser retirados por parte de quem tem os destinos dela nas mãos.

Subscrevem:

SJ, SINTTAV, SMAV, FE, SITIC, SICOMP, STT

Lisboa, 15 de Outubro de 2013